

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS TECNOLÓGICAS E
LETRAS CURSO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

ANDRESA GOMES LUCENA MELO

**A RELEVÂNCIA DO ENSINO BILÍNGUE NA COMUNIDADE ESCOLAR
COMO FORMA DE INCLUSÃO**

Açailândia

2023

ANDRESA GOMES LUCENA MELO

**A RELEVÂNCIA DO ENSINO BILÍNGUE NA COMUNIDADE ESCOLAR
COMO FORMA DE INCLUSÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão para o grau de Licenciatura em Letras.

Orientador (a): Prof.^a Esp. Aline Borges da Silva

Açailândia
2023

M528a

Melo, Andressa Gomes Lucena

A relevância do ensino bilíngue na comunidade escolar como forma de inclusão /
Andressa Gomes Lucena Melo – Açailândia: UEMASUL, 2022.
55 f. : il.

Monografia (Curso de Licenciatura em Letras) – Universidade Estadual da
Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Açailândia, MA, 2022.

Orientadora: Profa. Esp. Aline Borges da Silva

1. Educação inclusiva. 2. Ensino bilíngue. 3. LIBRAS. I. Título.

CDU 376:81'221.24(812.1)

A RELEVÂNCIA DO ENSINO BILÍNGUE NA COMUNIDADE ESCOLAR COMO FORMA DE INCLUSÃO

Monografia apresentada junto ao Curso de Letras da
Universidade Estadual da Região Tocantina do
Maranhão (UEMASUL), para obtenção de grau de
Licenciado(a) em Letras.

Aprovado em: 10 /01/ 2023

BANCA EXAMINADORA

Aline Borges da Silva

Prof.^a Esp. Aline Borges da Silva (Orientadora)
Especialista em Práticas Docente e Ensino de Ciências
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Claudyanny Maria Galvão Melo e Silva

Prof.^a Claudyanny Maria Galvão Melo e Silva
Mestre em Teoria Literária
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Remy Pereira de Sales

Prof. Remy Pereira de Sales
Mestre em Letras e Letramento
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Dedico este trabalho a comunidade surda que merecem todo respeito e admiração, por sua luta em busca dos seus direitos por igualdade e uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por sua infinita bondade e misericórdia nesses anos de percurso para a conclusão deste curso, que me abençoou e fortaleceu, dando coragem para continuar e não desistir apesar das grandes dificuldades que apareceram.

Agradeço a Professora Aline Borges da Silva, minha orientadora que desde o primeiro contato quando lhe lancei a proposta de pesquisa prontamente concordou e iniciamos essa trajetória. Sempre muita prestativa e presente a sanar dúvidas que surgiam, independente de horários. Disponibilizando seu tempo e conhecimento, não tenho palavras pra expressar tamanha gratidão pela pessoa maravilhosa que és, um exemplo de profissional para mim.

A minha família que amo, sem eles não seria possível essa conquista. Sempre apoiando quando precisei, dando palavras de incentivo e conforto para continuar. Em especial meus pais que nunca desacreditaram na minha capacidade e força de vontade de realizar o meu sonho, as minhas filhas que são meu eixo e motivo de buscar o futuro melhor, ao meu marido pela parceria e compreensão.

As minhas companheiras de sala, Ana Carolina e Patrícia Araújo, amizade que surgiu logo no início da graduação e perdura até hoje, o meu muito obrigado a vocês pelo carinho, amizade e pelo apoio de vocês, pois foi através dos nossos artigos em conjunto que surgiu o meu interesse por essa temática de educação para surdos.

Aos membros participantes do Centro José Cesário da Silva que me receberam com muito carinho e abraçaram a minha pesquisa, colaborando para que transcorresse da melhor forma possível.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo desta pesquisa visa analisar as contribuições do ensino bilíngue no processo de inclusão do aluno com surdez. Para buscar esse esclarecimento estabelecemos três objetivos: a) Identificar quais os principais problemas no processo de inclusão do aluno surdo. b) Destacar a importância de um ambiente bilíngue para o acolhimento e respeito em plenitude desse aluno. c) Averiguar como o ensino bilíngue pode contribuir para a promoção de metodologias que favoreçam a inclusão. De modo a alcançar esses objetivos foi utilizada a metodologia por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, divididas em duas etapas, levantamento bibliográfico e pesquisa de campo (observação e entrevista). Para embasamento teórico foram utilizadas as ideias dos seguintes autores para a fundamentação: Marilene e Meyer (2016), Araújo (2015), Lira (2020), Rocha (2008), Santos (2013), Costa (2010), Zanata e Treviso (2016), Silva e Iacano (2006), Lodi e Larceda (2006), Barros (2017). Diante disto, foi realizada uma observação e entrevista no Centro José Cesário da Silva, na zona urbana do município de Açailândia-MA, no sentido de averiguar em como um ambiente bilíngue pode contribuir para a inclusão. Como resultado da pesquisa, verificou-se que um ambiente bilíngue é a chave para a inclusão e acolhimento do aluno com surdez. Portanto, a pesquisa é relevante para ressaltar a importância do ensino da LIBRAS dentro da comunidade escolar, pois em um ambiente bilíngue o aluno se sentirá parte do meio e a vontade para se expressar e interagir com os ouvintes. Assim proporcionando uma atmosfera favorável ao aprendizado.

Palavras – chave: Educação Inclusiva. Ensino Bilíngue. LIBRAS. Inclusão.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the contributions of bilingual teaching in the process of inclusion of students with deafness. To seek this clarification, we established three objectives: a) To identify the main problems in the process of inclusion of deaf students. b) Highlight the importance of a bilingual environment for the welcome and full respect of this student. c) Find out how bilingual teaching can contribute to the promotion of methodologies that favor inclusion. In order to achieve these objectives, the methodology was used through a qualitative and exploratory approach, divided into two stages, bibliographical survey and field research (observation and interview). For the theoretical basis, the ideas of the following authors were used for the foundation: Marilene and Meyer (2016), Araújo (2015), Lira (2020), Rocha (2008), Santos (2013), Costa (2010), Zanata and Treviso (2016), Silva and Iacano (2006), Lodi and Larceda (2006), Barros (2017). In view of this, an observation and interview was carried out at the José Cesário da Silva Center, in the urban area of the municipality of Açailândia-MA, in the feeling of finding out how a bilingual environment can contribute to inclusion. As a result of the research, it was argued that a bilingual environment is the key to the inclusion and reception of students with deafness. Therefore, the research is relevant to highlight the importance of teaching LIBRAS within the school community, because in a bilingual environment the student will feel part of the environment and will be able to express himself and interact with the listeners. Thus providing an atmosphere conducive to learning.

Keywords: Inclusive Education. Bilingual Teaching. LIBRAS. Inclusion.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PERCUSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDO.....	14
2.1. História da educação dos surdos no mundo.....	14
2.2. História da educação dos surdos no Brasil	18
2.3 Educação dos surdos da Constituição 1988 aos dias atuais.....	21
3. A IMPORTÂNCIA DE UM AMBIENTE BILÍNGUE PARA O ACOLHIMENTO EM PLENITUDE DO ALUNO SURDO.....	25
3.1 Inclusão escolar do aluno com surdez.....	25
3.2 Bilinguismo.....	28
3.3 A importância da LIBRAS em um contexto bilíngue.....	31
4. COMO A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PODE CONTRIBUIR PARA A PROMOÇÃO DE METODOLOGIAS QUE FAVOREÇAM A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO.....	34
4.1 O ambiente da pesquisa.....	34
4.2 Metodologia da pesquisa de campo.....	35
4.3 Etapa de observação.....	36
4.4 Etapa das entrevistas.....	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERENCIAS.....	48
APÊNDICES.....	52

1 INTRODUÇÃO

Dentro das vertentes metodológicas que se voltam a educação dos surdos, o bilinguismo é a que melhor atende as necessidades educacionais dessas pessoas, lhes permitindo a utilização da língua de sinais associada a escrita da língua portuguesa (SANTOS, 2013).

Através do bilinguismo pode ser implantado dentro do ambiente escolar uma educação bilíngue, na qual todos os integrantes são conhecedores e praticantes da língua de sinais, proporcional assim um ambiente inclusivo e acolhedor ao aluno surdo.

A inclusão tem sido uma temática muito discutida, pois apesar dos avanços na Educação Especial, ainda precisam ser sanadas muitas dificuldades no ato de incluir esses estudantes. No que diz respeito ao aluno surdo, essa inclusão requer mudanças na estrutura de ensino e acolhimento efetivo para que haja sucesso nos níveis de aprendizado. Conforme Marilene e Meyer (2015) o eixo central da educação do surdo está no ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e posteriormente a Língua Portuguesa na sua categoria escrita, assim formando uma educação bilíngue, que respeita os direitos do surdo e que lhes proporciona uma educação de qualidade.

Apesar das leis vigentes no país o que se pode observar são realidades bem diferentes no que se espera em teoria, na perspectiva de Marilene e Meyer (2015, p.11) “para incluir um aluno no ensino regular, é preciso adaptações condizentes com sua necessidade, no caso do surdo, o foco da nossa discussão, é necessário o conhecimento da língua natural do mesmo”. Para que a instituição possa fornecer um ensino é preciso sanar a necessidade básica do aluno, quando se trata do surdo, é a de comunicação que precisa ser estabelecida com as demais pessoas, isso ocorre por meio da prática da língua de sinais.

Assim, essa monografia discute a respeito das contribuições do ensino bilíngue para a comunidade escolar de modo a proporcionar a inclusão de alunos com surdez. O estudo foi realizado no Centro José Cesário da Silva em Açailândia -MA, instituição de Ensino Médio localizado em um dos maiores bairros da cidade, que também atende alunos com surdez.

O objetivo geral é: analisar as contribuições do ensino da LIBRAS para a comunidade escolar como forma de inclusão de alunos com surdez. Para alcançar esse esclarecimento foram estabelecidos três objetivos específicos: a) identificar

quais os principais problemas no processo de inclusão do aluno surdo; b) destacar a importância de um ambiente bilíngue para o acolhimento e respeito em plenitude desse aluno; c) averiguar como o ensino bilíngue pode contribuir para a promoção de metodologias que favoreçam a inclusão.

A fim de alcançar esses objetivos propostos de modo satisfatório, determinamos a metodologia por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória. Que foram divididos em etapas: levantamento bibliográfico e pesquisa de campo por meio de observação e entrevistas, desse modo podendo observar a realidade das salas de aula, conversar com o professor e o interprete, agentes envolvidos nos processos de inclusão dos alunos surdos matriculados e comparar os dados obtidos com a visão de estudiosos e pesquisadores do tema.

Para melhor compreensão esse trabalho foi dividido em três capítulos: 1) Percurso histórico da educação dos surdos, que discorre sobre a história da educacional dos surdos no mundo e no Brasil. 2) A importância de um ambiente bilíngue para o acolhimento em plenitude do aluno surdo, que relata a inclusão do aluno surdo por meio da educação bilíngue. 3) Como a educação bilíngue pode contribuir para a promoção de metodologias que favoreçam a inclusão do aluno surdo, que expõe a relevância do ensino bilíngue e suas metodologias de ensino, atrelada a pesquisa realizada na Instituição José Cesário da Silva.

Para a produção desta pesquisa foram utilizadas as ideias dos seguintes autores para a fundamentação: Marilene e Meyer (2016), Araújo (2015), Lira (2020), Rocha (2008), Santos (2013), Costa (2010), Zanata e Treviso (2016), Silva e Iacano (2006), Lodi e Larceda (2006), Barros (2017), Silveira (2013), Zanata (2004), Fernandes (2011).

O despertar pelo tema surgiu através de um minicurso de LIBRAS que a autora participou durante o terceiro período da graduação, na qual vários membros da comunidade surda se fizeram presente. A partir dali, com estudos para a realização de outros artigos a temática de LIBRAS tornou-se cada vez mais interessante e relevante. Despertando a atenção em especial para a educação bilíngue e em como é importante que a língua de sinais seja ensinada não só para os surdos ou quem está ligado a eles, mas a comunidade escolar em sua totalidade.

Assim, surgiu o questionamento de como o ensino bilíngue para os integrantes do ambiente escolar poderia ajudar na inclusão do surdo, visto que apesar das leis vigentes no nosso país ainda existem muitas falhas no processo de inclusão

do aluno com surdez a começar pela comunicação com as demais pessoas que estão na escola.

A relevância da proposta decorre da importância de esclarecer o quanto é primordial o ensino de LIBRAS aos processos de ensino e aprendizagem dos alunos surdos e a presença de um ambiente bilíngue dentro da escola, para isto o conhecimento da língua de sinais pela comunidade escolar, desde os diretamente ligando a esse aluno, como professores e colegas de sala, a diretoria e funcionários da instituição.

2. PERCUSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Este capítulo aborda a história dos surdos desde os primórdios até a atualidade, por meio de fontes bibliográficas, buscando esclarecer todos o processo de evolução de como era visto os integrantes da comunidade surda, como se deu os primeiros passos para a iniciação da educação dos surdos, as dificuldades que se encontraram ao longo do caminho até chegar nos dias de hoje, os aspectos legais estabelecidos a favor da educação da comunidade surda.

2.1 História da educação dos surdos no mundo

Na antiguidade pessoas com deficiência eram vistas como abominações, amaldiçoados pelos deuses e eram sacrificadas logo ao nascer. Com o passar do tempo até parte da Idade Média, esses indivíduos eram reclusos em asilos, pois acreditava-se que por terem deficiência eram incapazes e inúteis para está em sociedade. No caso de surdos, eram vistos por estudiosos da época, como incapazes de pensar e se expressar por não terem a fala (GARBE, 2012).

Conforme Neves (1981) a natureza deu a voz a todos os animais, na qual serve de indicativo de dor e prazer, embora forneceu somente ao homem o dom da linguagem, de forma a discutir as necessidades da sociedade e não fugir da sua essência que é de um ser político. Segundo o autor esse poder só é exercido por meio da fala, sem isto seria impossível existir uma sociedade política

Exposto nesse aspecto que somente por meio do desenvolvimento da linguagem, teria suas percepções do justo e injusto, bem ou mal, o que seria o básico para manutenção da ordem de uma família e conseqüentemente de um Estado, ou seja, a sociedade em que faziam parte. A fala era considerada parte fundamental para elevação e discussão política do homem, por esse motivo grande parte dos surdos eram menosprezados por não poderem cumprir o que era posto como essência do homem como animal racional, se não tinham acesso a fala, nem tão pouco conhecer a complexidade da língua, eram destratados e considerados pária.

Já no século XV, a perspectiva quanto aos surdos começa a mudar, através de famílias ricas que possuíam heranças que só poderiam ser recebidas pelo membro surdo caso ele tivesse recebido o ensino e sido integrado na sociedade, ou seja, as

primeiras tentativas de oralização do surdo (SCHUNZEN, 2012).

Também a igreja começa a se interessar pelas pessoas com surdez com o intuito de praticar a caridade e aproximação dessas pessoas de Deus. No século XVI, temos Cardano (1501 – 1576) um estudioso que desenvolveu pesquisas que trouxeram o esclarecimento de que a escrita não representava somente as ideias faladas, mas também pensamentos (SCHUNZEN, 2012).

Neste mesmo período na França, surge um dos primeiros e mais importantes educadores de surdos, o monge benedito Pedro Ponce de León (1520 – 1584). Leon criou um método de ensino para surdos, através de sinais, fala e escrita. Este método surgiu a partir da experiência dentro do monastério, que devido a um voto de silêncio os monges não poderiam falar e criaram um método de comunicação por sinais. Ele ficou muito famoso na Europa por ensinar filhos de nobres e famílias ricas. Foi creditado a ele a descoberta de que os surdos tinham sim, capacidade de pensar e aprender (REYLIN, 2007).

Posteriormente, Juan Pablo Bonet (1579 – 1633), publicou a primeira obra com metodologias voltadas para educação dos surdos em 1620, nessa obra continha os primeiros desenhos do alfabeto datilológico. Outro estudioso de grande relevância para o ensino dos surdos foi o professor Charles-Michel de L'Epeé, sendo chamado de “pai dos surdos”, elaborou e publicou obras voltadas para essa área sendo a mais importante “A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos” publicada em 1776, a obra continha regras sintáticas que foram submetidas a gramática da língua francesa, ele tinha intuito de padronizar a língua de sinais que eram diversas (CÂMARA, 2012).

O professor L'Epeé, institucionalizou a educação dos surdos por meio de suas obras, com o sucesso dos seus métodos focados principalmente na língua de sinais predominando sobre o oralismo. L'Epeé abriu em sua própria casa na primeira escola direcionada a pessoas com surdez “O instituto de surdos-mudos de Paris”, apoiado pelo governo foi considerado um dos grandes avanços para essa comunidade (CÂMARA, 2012).

Com a força que a língua de sinais ganhava dentro da comunidade surda e com a apoio de alguns educadores esse método tornava-se cada vez mais conhecido. Em 1878, em Paris, quando realizado o I Congresso Internacional de Surdos-mudos, decidiu-se entre as instituições de surdos pelo melhor método de ensino, sendo ele a leitura labial e os gestos (FERREIRA, 2006).

Contudo em 1880 os intelectuais a favor do oralismo voltavam a ganhar

apoiadores em diversas partes do mundo. No II Congresso Mundial de Surdos, esse evento foi organizado pela Pereira Society, com fundadores a favor do oralismo, tendo o claro propósito de assegurar o predomínio desse método. Com somente um educador surdo presente, o qual não teve direito a voto, venceu como método educacional principal o oralismo e houve a proibição da utilização da língua de sinais nas instituições (FERREIRA, 2006). Este congresso foi controverso pois ia contra o que a maioria dos surdos tinha como ideal para o aprendizado.

Em sua maioria votantes eram defensores do oralismo que alegavam que a língua de sinais prejudicaria o processo de aprendizagem por meio da fala. Esse congresso foi considerado polêmico já que os avanços alcançados até então pela comunidade surda tinha sofrido grande retrocesso. Para Cristiano (2020, pg 1):

Para Cristiano (2020) o Congresso de Milão teve repercussões muito negativas na comunidade surda. Nos primeiros 10 anos após o Congresso, a língua de sinais já tinha sido praticamente removida por completo do currículo das escolas. Com isto a evasão escolar de alunos surdos aumentou consideravelmente, os que permaneciam tinham a qualidade de comunicação e ensino reduzidos.

A retirada da língua de sinais como método principal de ensino desestimulou grande parte dos surdos que frequentavam as instituições, fazendo com que a evasão escolar aumentasse e a o nível de aprendizado caísse.

O oralismo tinha em sua essência tentar impor a fala aos surdos, pois acreditavam que com o estímulo auditivo frequente a deficiência seria minimizada. As crianças eram colocadas em contato com a fala e condicionadas a oralizar, sendo proibido o uso dos gestos. Esse método ao tentar por meios de processos dolorosos da volta da audição, provocava o sentimento de desrespeito, discriminação, frustração, causando grandes traumas aos sujeitos surdos (BARBOSA, 2021).

Passou-se a promover estudos sobre a língua de sinais na década de 60, dando espaço para novos métodos e propostas pedagógicas educacionais do alunado com surdez. Esses estudos tiveram início com Willian Stokoe, que através de uma publicação mostrava que a língua de sinais possuía características semelhantes aos das línguas orais (DUARTE, et al., 2013).

A partir desta publicação outros pesquisadores realizaram estudos em torno desse novo método, nos Estados Unidos e na Europa (CICONE, 1996). Na década de 1970 populariza-se o método da comunicação total, segundo Goldfeld (2002) o ponto principal de interesse da comunicação é o processo de comunicação

dos surdos com ouvinte e entre os participantes da comunidade surda. Fazendo uso de todas as técnicas existentes como os sinais, leitura labial, o oralismo e combinando entre si para melhorar a comunicação.

Essa tendência volta o uso do oralismo, mas priorizando a língua de sinais, tendo em perspectiva o respeito e levando em considerações a cognição e áreas como emocional e social do indivíduo surdo, compreendendo que influências externas condicionam o aprendizado. Mesmo com o uso da língua de sinais, ela ainda não era reconhecida como a língua natural dos surdos, somente um meio para a oralização (STEWART, 1993).

Em paralelo aos estudos da comunicação total, as pesquisas a respeito da língua de sinais estavam sendo feitas, por meio destes posteriormente surgiria o bilinguismo. Para Goldfeld (2002) o bilinguismo parte do princípio que o surdo possui duas línguas, a materna, sendo a língua de sinais e a segunda, a oficial do seu país.

Contrapondo o oralismo, o bilinguismo vem com a compreensão de que o surdo não precisa da linguagem oral, mas reconhece a língua de sinais como primeira língua e faz oposto a comunicação total quanto ao aprendizado por igual das duas línguas, pois ambas têm aspectos diferentes e o surdo deve focar o aprendizado na sua língua natural em primeiro momento e depois a forma escrita da língua oral do seu país.

Historicamente, a primeira experiência pedagógica com o bilinguismo registrada foi na França em 1979 com duas professoras e duas alunas, sendo uma aluna surda e outra ouvinte, retornando o uso da língua de sinais na educação dos surdos. Essa experiência foi realizada através de Suzanne Boral-Maisong (1900-1995) (STUMPF, 2006).

Inspirado na pesquisa de Suzanne, professora Danielle Bouvet (1940-) inicia sua primeira turma bilingue, reconhecendo a língua de sinais francesa como materna dos surdos e a língua oral como segunda língua. Com resultados abrangentes ela publica sua obra em 1990, *The path to language: bilingual education for deaf children* (O caminho para a linguagem: educação bilingue para crianças surdas) (STUMPF, 2006).

Ao passo que em Paris os trabalhos de Danielle geraram grandes resultados, na Suécia também surgiam estudos voltados para o campo educacional do sujeito surdo com o uso do bilinguismo. As pesquisas realizadas na Suécia e também na Dinamarca tinham propostas semelhantes às feitas em Paris, tendo como

objetivo implantar ao currículo das escolas o ensino bilíngue, em 1983, na Suécia é introduzido o primeiro currículo bilíngue nas escolas para surdos (KUZLOWSKI, 1995).

Esses estudos foram de grande importância para a retomada do uso da língua de sinais nas instituições, além dos avanços em relação a metodologia que seria implementada que seria o bilinguismo. Segundo Lacerda (2000, p. 73):

A abordagem Bilíngue para a educação de surdos preconiza que o surdo deve ser exposto o mais precocemente possível a uma língua de sinais, identificada como uma língua passível de ser adquirida por ele sem que sejam necessárias condições especiais de “aprendizagem” [...] A proposta de educação Bilíngue defende, ainda, que também seja ensinada ao surdo a língua da comunidade ouvinte na qual está inserido, em sua modalidade oral e/ou escrita, sendo que esta será ensinada com base nos conhecimentos adquiridos por intermédio primário da língua de sinais.

Entendendo que quanto mais cedo o surdo tiver contato com a língua de sinais é melhor para seu nível de compreensão e aprendizagem. Já que o contato tardio com a sua língua materna dificulta o processo de ensino tanto da sua língua de sinais como da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

Considerando também o ensino da língua de sinais para as pessoas que convivem com os surdos como um fator extremamente relevante a inclusão dos surdos no meio social e educacional de forma mais confortável.

2.2 História da educação dos surdos no Brasil

O contexto histórico da educação dos surdos no Brasil está diretamente atrelado ao surgimento da Fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (IISM). No período imperial mais precisamente durante o segundo reinado com o rei D. Pedro II juntamente com Ernest Huet, professor surdo francês, que a convite do imperador veio ao Brasil para iniciar o projeto de abertura da fundação e ensino dos surdos (SOFIATO, 2011)

Antes desse marco histórico da educação dos surdos, a educação básica era voltada para pessoas nobres ou ricas. O ensino aos demais era feito de modo informal ou nem existia. Dentro desse cenário, em 1855, Huet apresenta o projeto de ensino dos surdos para o Instituto de surdos no Brasil (ROCHA, 2008).

Após dois anos de funcionamento do IISM, em 26 de setembro de 1857, por meio da lei nº 839 feita por Dom Pedro II que cedia recursos para o funcionamento do instituto. O professor Huet reinaugura a Instituição de surdos no Rio de Janeiro

com um novo nome, o que seria chamado a partir de então de Instituto Nacional de Surdos (INES).

Com a saída de Huet do cargo de gestor, outros diretores passaram pelo cargo e colaboraram para a construção da educação dos surdos no Brasil. Em 1862 de acordo com Brasil (1863) surgiu uma vaga no Instituto que seria posteriormente preenchida por Manoel de Magalhães de Couto, o governo aguardava seu retorno de Paris, na qual estava se qualificando nas técnicas de ensino da língua de sinais franceses para poder atuar como instrutor e diretor do IISM

Professor Manoel estudou e se especializou na língua de sinais francesa, veio de Paris para assumir o cargo e também ensinar os alunos do instituto. Apesar de oficialmente a língua de sinais não está no currículo, percebe-se que era algo esperado dos profissionais que fossem trabalhar na instituição, pois era o meio auxiliar para a comunicação com os surdos.

No campo pedagógico, segundo Sofiato (2018) o que regia na época era um currículo prescrito no IISM que era mantido no meio oficial. Apesar de no currículo a língua de sinais não aparecer, dentro da Instituição era utilizado em alguns procedimentos pedagógicos, o que seria chamado do currículo oculto (SACRISTÁN, 1998).

Em 1867 o Instituto deixa de ser uma propriedade particular e passa a ser estabelecimento público, no qual tinha a finalidade de promover o ensino religioso, moral e intelectual para surdos que tivessem capacidade de aprender, não importava o sexo (BRASIL, 1868).

No mesmo ano é lançado o decreto 4.046 de 19 de dezembro de 1867, este documento tinha função de trazer um regimento provisório para o Instituto, dentro dos vários pontos citados no decreto, destaca-se a decisão de manter um curso de 5 anos. Dentro desse tempo também seria ensinado curso profissionais. Em cada ano uma matéria diferente era ministrada e uma nova habilidade trabalhada, notando-se que existia a distinção entre aqueles que tinham mais habilidades e facilidade para aprender que eram direcionados a turmas avançadas e os que possuíam mais dificuldades eram recomendados a atividades mais práticas (BRASIL, 1968).

O IIMS inicialmente tinha uma proposta de metodologias de ensino para surdos e um regulamento estabelecido. Apesar disto, foi descoberto através de inspeções que a instituição estava tendo mais apoio médico do que educacional, ou seja, a educação estava sendo colocada em segundo plano (ROCHA, 2007).

Essa inspeção foi de grande importância, dela veio a saída de Dr. Manoel de Magalhães, retirado do cargo de diretor pelas falhas na direção do instituto. Assumindo a função o Dr. Tobias Leite, que permanece nela por vinte e oito anos, passando por período de mudanças de regime político (ROCHA, 2007). No início da gestão de Dr. Tobias em seus primeiros relatórios constava os níveis de aprendizagem dos alunos era o mesmo, independente de serem calouros ou veteranos (BRASIL, 1879). O método utilizado não estava alcançando os resultados que eram esperados, seja pela má gestão ou pelas metodologias que estavam sendo aplicadas.

No ano de 1879, foi realizado o movimento para o reconhecimento da eficiência do ensino do surdo-mudo mediante a sociedade, Dr Tobias buscava melhorar o status do ensino, então defendeu a ideia de repetidores e a linguagem articulada (BRASIL, 1880). A gestão de Tobias Leite que aconteceu no mesmo período do Congresso de Paris, em 1880, onde ocorreu o reconhecimento da superioridade da língua oral sobre a língua de sinais (SOARES,1999).

Assim como diversos outros países que utilizavam a língua de sinais para a educação dos surdos, o Brasil também foi afetado pelas decisões tomadas no Congresso de Paris. No relatório de 1881, aparece a solicitação em estado de urgência a ocupação da vaga de linguagem articulada. Compreende-se que essa linguagem articulada seria o mesmo que a língua de sinais. Neste relatório também foi concretizado uma nova normativa que entraria em vigor no Instituto, contendo orientações desde a disposição dos cargos às condições sanitárias do local (BRASIL, 1882).

O modo como o surdo era visto nos primeiros anos da trajetória do INES é visível por meio desse documento, uma das cláusulas do regimento quanto as obrigações do médico. Mencionado em Brasil (1882) a cláusula que discorre sobre a obrigatoriedade do médico de entregar ao fim do ano um relatório a respeito dos progressos nos estudos com os alunos de modo a minimizar a deficiência. O surdo era visto do ponto de vista médico, compreende-se que a busca por meio de amenizar a deficiência de modo a “habilita-los” para a sociedade, o foco não estava em educador o surdo como era proposto em teoria.

No século XX, começam a surgir no Brasil novas escolas direcionadas ao ensino de surdos como exemplo o Instituto Santa Terezinha (IST) em São Paulo (SP) para meninas surdas e o Centro de Audição e Linguagem Ludovico Pavonni (CEAL/LP) em Brasília, dentre outras instituições (INES, 2009).

Não só estas intuições, mas muitas outras contribuíram e continuam a fornecer um trabalho de atendimento ao aluno surdo no campo educacional, respeitando e promovendo o respeito a identidade do indivíduo surdo, fazendo uso de um ambiente bilíngue.

2.3 Educação dos surdos da Constituição 1988 aos dias atuais

Em busca de seus direitos a igualdade os surdos passaram por muitas lutas e dificuldades até chegarmos ao cenário atual. As leis e decretos vigentes fazem parte dessas conquistas e aparam os surdos na esfera social e educacional.

A Constituição de 1988 é um marco importante no que se refere ao direito das pessoas surdas, esse documento é o primeiro que de fato volta o olhar as necessidades de pessoas com deficiência.

Brasil (1988) no Capítulo 3, Artigo 208, Seção I - Da Educação, no item III, discorre sobre os atendimentos as pessoas com deficiência na área da educação, reservando o direito dessas indivíduos de serem integradas a sociedade, assim como trabalho com remuneração mensal. A lei também se estende a pessoas idosas que não possuem formas de prover seu próprio sustento, mas essa incapacidade deve ser comprovada.

A partir da Constituição as pessoas com deficiência tem seus direitos previstos em lei, no âmbito educacional. É garantido o atendimento especializado por profissionais capacitados para atender as dificuldades que esse individuo venha a ter, atendidos além de que esse atendimento seja preferencialmente na rede pública de ensino. Tendo o respeito a diferenças as limitações desses indivíduos de forma que venham a se integrar a sociedade provendo seu próprio sustento através de um emprego digno.

Para construir esse momento de vitória em reconhecimento de direitos, eventos importantes ocorreram, como a Convenção de Salamanca. Em 1994 na Espanha, essa declaração surge da Conferência Mundial Educativas Especiais, onde reforçava que a educação é um direito igualitário e que não importa se individuo é portador de deficiência ou não (LUCHESE, 2017).

Em 1996 em Barcelona, na 24^o Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no artigo 24, parágrafo único. Barcelona (1996) discorre no artigo que todas as comunidades linguísticas dentro dos seus direitos têm garantia de escolha

da forma de como a sua língua estará inserida no decorrer de todo seu ensino. Isto vale para todo território nacional.

As comunidades linguísticas podem exercer o direito de escolha quanto a presença da sua língua na formação educacional. Assim, a comunidade surda pode utilizar da língua de sinais na sua comunicação.

A melhor forma de respeitar a identidade linguística da pessoa surda é fazendo o uso da língua de sinais para se comunicar com eles. Reconhecer que é necessário o uso dessa língua para o ensino do aluno com surdez e metodologias diferenciadas, que facilitem e melhorem o aprendizado desse alunado.

No ano de 1996, em uma parceria entre FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) e o MEC (Ministério da Educação) para lançar a primeira edição do livro “Libras em Contexto”, na qual ofereciam metodologias de ensino de LIBRAS, esse lançamento foi um modo de evidenciar e apoiar o projeto de lei da Senadora Benedita da Silva que em sua proposta mencionava o ensino da LIBRAS em todo território em nacional (CAMPELO; QUADROS, 2010).

Posteriormente em 1999, foi elaborado pela comunidade surda em Porto Alegre/RS um documento “A educação que nós surdos queremos” na qual foi enviado ao V Congresso Latino americano de educação bilíngue de surdos, com o intuito de reforçar a importância do uso da língua de sinais na comunicação de surdos (CAMPELO; QUADROS, 2010).

Logo após foi realizado uma Convenção na Guatemala. Neste evento o Ministério da Educação (MEC) cria um programa chamado “Programa Nacional de apoio a educação dos surdos “. Dentre os objetivos pretendidos estava o treinamento de instrutores de LIBRAS para atuação em todo território nacional, a inclusão da LIBRAS na grade curricular, apoio técnico e financeiro na capacitação de professores para se tornarem bilíngues, ou seja, uso da LIBRAS e Língua Portuguesa, para que o professor também tenha a função de tradutor e interprete de LIBRAS em sala de aula (CAMPELO; QUADROS, 2010).

Esses eventos foram importantes para a formalização da LIBRAS como língua oficial dos surdos, em 2000 é feito o primeiro formato de lei voltada para a língua de sinais no país, a lei nº 10.098 (COSTA, 2010). Essa lei é uma grande conquista para os surdos pois reconhece legalmente o seu meio de comunicação.

Brasil (2000) esclarece que no artigo 17 da lei nº 10.098 o poder público promove a garantia da remoção das barreiras que dificultam a comunicação das pessoas com deficiência. Determinando que deve existir métodos alternativos que

promovam a acessibilidade no modo de se comunicar, deste modo lhes proporcionando acesso a informação, trabalho, educação, esporte, lazer, cultura e transporte. Nos artigos 18 e 19 discorrem sobre a formação e qualificação de interpretes para atender cegos e surdos para melhorar a conversação. Aliado aos serviços de radiofusão, imagens e língua de sinais para viabilizar a transmissão informações a pessoas com surdez.

A lei prever a retirada das barreiras na comunicação, ou seja, devem se criar meios que facilitem a comunicação entre todos na sociedade. No caso dos surdos os meios a se utilizar são: língua de sinais e radiodifusão sonora. Assim as pessoas surdas terão acesso a informações, uma educação de qualidade, transporte, lazer e trabalho como qualquer outro cidadão.

Contudo Costa (2010) ressalta que apesar da lei legitimar a língua de sinais, ainda não se tinha uma língua embasada na convivência dos surdos. Este cenário favoreceria a concretização da LIBRAS a um reconhecimento de status de língua a ser usada na comunicação. Apesar da existência das leis e com ela a constituição de identidade da comunidade, muitas das pessoas com surdez não conhecem a LIBRAS.

Em 2002, segundo Costa (2010) se estabelece a lei nº10.436, de 24 de abril de 2002 que defini um novo termo para a língua de sinais no país, que passa a ser chamada Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS. A lei dispõe do reconhecimento da LIBRAS como língua oficial da comunidade surda. Sendo ela uma língua classificada como visual-motora, possuindo gramática própria e sistema linguístico, na qual os surdos utilizam para expressar ideias e pensamentos. Além de mencionar a obrigatoriedade dos setores públicos ao uso da língua de sinais

A lei possui cinco artigos, neles discorrem sobre o reconhecimento da LIBRAS como a língua oficial, possuindo todos os parâmetros linguísticos. Através da sua língua natural o surdo poderá expressar e se comunicar com mais facilidade. No artigo dois, determina que os órgãos públicos apoiem e propaguem o uso da língua de sinais. No artigo quatro é mencionado a integração da LIBRAS nos componentes dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.

Com a lei temos a Língua Brasileira de Sinais com o status de língua, pois possui estrutura gramatical própria e sistema linguístico que possibilitam a comunicação e transmissão de ideias e pensamentos. Apesar de ser uma língua oficial a LIBRAS não é conhecida por grande parcela dos ouvintes o que prejudica um

diálogo entre surdos e ouvintes (LUCHESE, 2017).

Mesmo a LIBRAS sendo oficialmente a primeira língua dos surdos, é necessário o uso da língua portuguesa em sua modalidade escrita para ser completa. O uso das duas línguas dá o status de bilíngue. Em 22 de dezembro de 2005 é lançado o decreto nº 5.626, nomeado Decreto de LIBRAS. O documento traz em sua totalidade um olhar sobre a lei Nº 10.436, colocando uma padronização para a implantação da LIBRAS nas escolas. O mesmo é dividido em nove capítulos e trinta e um artigos, (COSTA, 2010).

Luchese (2017) fala que no decreto trás a proposta da LIBRAS como disciplina obrigatória, a aplicação de cursos para professores. O uso de métodos avaliativos que faça uso da língua de sinais. A introdução da metodologia bilíngue, utilização da LIBRAS e Língua Portuguesa em conjunto para garantir o acesso a educação ao surdo. Além de mencionar a formação de profissionais intérpretes em vários setores para intermediar a comunicação. Reforçando o dever do poder público em aplicar de forma satisfatória os recursos necessários.

O decreto evidencia a importância do ensino bilíngue para a educação dos surdos, através do uso da LIBRAS. Pontuando a preocupação na capacitação de profissionais, na qual devem ser fornecidos cursos para capacitação dos mesmos. Ao proporcionar um ensino de qualidade e que supra as necessidades do aluno diminuindo a discriminação e preconceitos.

A lei mais recente voltada para a educação de surdos foi sancionada em 3 de agosto de 2021, a lei de nº 14.191 vem a tratar da modalidade bilíngue dos surdos.

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (BRASIL, 2021).

A lei atende a alunos surdos, entendendo que a educação bilíngue deve se iniciar logo na educação infantil até chegar ao ensino superior. De modo que a LIBRAS seja a primeira língua e a Língua Portuguesa seja usada em sua modalidade escrita.

Segundo Senado (2021, p. 1) a lei é “Oriundo do PL 4.909/2020, apresentado pelo senador Flávio Arns (Podemos-PR), o texto foi aprovado em maio pelo Senado e em 13 de julho pela Câmara”. Através desta lei a educação bilíngue

passa a fazer parte da Lei de diretrizes Base (LDB), passando a ser uma modalidade independente. Dentre as especificações está a menção sobre a qualificação de professores, estes devem ter ensino superior e qualificação necessárias. As escolas devem fornecer materiais didáticos especializados para a educação bilíngue.

3. A EDUCAÇÃO BILÍNGUE COMO FORMA DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

Este capítulo discorre a respeito da importância do ambiente bilíngue para o acolhimento do aluno surdo, para isto buscaremos primeiramente compreender o que é inclusão escolar, um apanhado geral sobre as leis de inclusão a pessoas deficientes e como isto funciona na prática nas escolas. Entender a essência do bilinguismo, como surgiu e qual a relevância para a aprendizagem e interação do aluno com surdez com toda a comunidade escolar e destacar o papel da LIBRAS dentro desse ambiente bilíngue.

3.1 Inclusão escolar do aluno com surdez

O debate sobre a inclusão e suas práticas ocorre a bastante tempo. A busca pela melhor forma de incluir as pessoas com deficiência dentro da sociedade e das instituições de ensino, para isto precisamos compreender o que é inclusão

. Na perspectiva de Silva e Iacano (2006) a inclusão é aceitação e acolhimento do indivíduo com suas limitações, a escola e sociedade se adaptando as necessidades dessas pessoas. De acordo com Fonseca (2004) a escola em seu caráter institucional e um ambiente social deve ser igualitária quanto aos seus participantes, acolher a todos sejam eles ditos normais, portadores de deficiência, marginalizados ou não, o ensino deve ser dado de igual forma. Reforçando o caráter comunitário da escola, que deve ter em seu âmbito a inclusão como prioridade.

Em teoria é para todos os alunos serem tratados como iguais, independente de suas limitações físicas, intelectuais, social. A escola é um ambiente social que deve assumir o papel de promover uma atmosfera de inclusão para seu aluno. A inclusão não é responsabilidade somente da escola, mas toda a sociedade e participantes dela.

Como aponta Matoan (1997) a inclusão vem para contemplar todas as fases educacionais, desde o seu início, de modo a atender a todos sem exclusão. A

escola como fornecedora do ensino deve se adequar as particularidades de seus alunos, saindo de práticas ultrapassadas que tinham base em métodos preconceituosos. Focando em novas metodologias que foquem na unificação de modalidades educacionais, principalmente na educação regular.

A escola deve promover o melhor ambiente para atender as necessidades dos seus alunos e minimizar as diferenças entre seu alunado de forma geral. São necessárias mudanças no sistema educacional para melhoria satisfatória no nível de aprendizagem.

As instituições filantrópicas tiveram papel fundamental na história dos surdos por busca de igualdade. Elas promoveram movimentos em prol dessa comunidade e denunciaram a discriminação e preconceitos contra deficientes, expondo o descaso com as políticas voltadas para essa área (ZANATA; TREVISO, 2016).

Os primeiros aspectos legais a favor dos surdos surgiu a partir da Constituição Federal de 1988. No artigo 5 menciona quanto a igualdade de todos perante a lei, sem distinção em qualquer aspecto. Já no artigo 205 fala que a educação é dever da família e estado, sendo um direito de todos. Sendo preparados para exercer seus deveres como cidadão (BRASIL, 1988).

Voltado para a menção de deficientes, Brasil (1998) diz no artigo 208 parágrafo III deve existir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. As redes de ensino público devem por lei receber esses alunos e proporcionar a mesma qualidade de ensino que é oferecida a estudantes que não precisem de atendimento especial.

É preciso ter ciência da necessidade da criação de métodos e metodologias para conseguir alcançar o objetivo que é a aquisição de conhecimento do aluno com deficiência de modo a concluir o ensino regular. As leis surgem para garantir os direitos das pessoas, mas na aplicação encontra-se uma série de dificuldades, como diz Araújo (2015, p.18) “Talvez seja esse um dos maiores problemas dos governantes, adotarem políticas públicas sem averiguar se as escolas podem ou não, pôr em prática, como também não dar condições a essas instituições de estabelecerem a inclusão”. Instituição despreparadas prejudicam o aprendizado desses alunos inclusos.

Quando voltamos o olhar para o ensino surdo, temos a dimensão do quanto necessita-se de melhorias nas políticas públicas para elevar o percentual de

aprendizagem. Essas políticas educacionais mal aplicadas prejudicam o alunado surdo. Estudantes que estão em sala de aula, mas eles não possuem papel ativo na sua aquisição de conhecimento. Necessitam de intérprete e na falta desse profissional gera problemas de comunicação (ARAÚJO, 2015).

Apesar do aluno surdo e ouvinte estarem no mesmo contexto de sala de aula os níveis de aprendizagem diferem, pois, o surdo precisa de um tempo para verificação e dedução daquele conteúdo que foi transmitido, na falta de um intérprete o aluno surdo faz seu aprendizado por si só (ARAÚJO, 2015).

Soares e Lacerda (2004) fala que em contexto de escolas regulares os profissionais tem buscado especialização, conhecimento para suprir as necessidades linguísticas de alunos surdos, de forma que haja inclusão de fato desses alunos. em respeito a essas diferenças também se faz necessário a presença do intérprete.

Com os problemas encontrados nas escolas regulares atualmente, os professores são peça chave para a busca de novos métodos que melhorem a aprendizagem desse aluno. Compreendendo que o melhor método na falta de um professor bilingue (Que use a Língua Portuguesa e a língua de sinais) é o auxílio do intérprete para fazer a ponte de ligação professor/aluno.

Não se deve levar em consideração apenas as necessidades linguísticas do aluno surdo, mas também o ambiente que estar inserido para que possa elaborar as melhores propostas de inclusão. Os apoios pedagógicos e metodologias curriculares devem ter um olhar para as necessidades educacionais do alunado surdo e não apenas camufladas (ARAÚJO, 2015).

Sobre a importância de o ambiente de inclusão do aluno surdo necessitar de toda a escola, Araújo (2015) diz que a inclusão não é somente responsabilidade do professor, mas também das instituições e sociedade, não bastando conhecimento das leis a esse respeito, mas fazendo com que elas se apliquem na prática. Embora conhecer as leis seja importante, para que haja inclusão é preciso também compreender o contexto social e político escolar.

Trabalhar com alunos inclusos é um grande desafio para a equipe de profissionais inseridos nas escolas, por esse motivo buscar sempre as metodologias que impulsionem o potencial desses estudantes (MARILENE; MAYER, 2016). Desafiando seus limites a sempre melhorar seu nível de conhecimento e desenvolvimento seu pensamento crítico e expor.

Ainda sobre o a inclusão ser trabalho de todos participantes da escola,

Paulon (2005) explica que o processo de busca de conhecimento do professor deve ser um ciclo contínuo, atrelado também a um trabalho conjunto com os outros profissionais da escola. Valorizando o esforço e colaboração de todos para que a inclusão ocorra. O autor também menciona que é importante repensar e avaliar em como esse aluno vai se sentir parte do meio que esta incluso.

Incluir e acolher esse aluno com necessidades especiais envolve a todos, dentro e fora da área escolar, processo esse que precisa de parceria escola e família. Relacionado a inclusão de aluno surdo o melhor caminho é um ambiente bilíngue onde se faça uso da língua de sinais e a Língua Portuguesa (ARAÚJO, 2015). Tanto na escola como em convivência na sociedade o melhor cenário de inclusão para a pessoa com surdez é o contexto bilíngue.

3.2. Bilinguismo

Conforme já mencionado a história dos surdos foi marcada por muitas lutas para conquistar seus direitos, passando por três métodos pedagógicos de ensino.

O primeiro deles foi o oralismo, que visava a integração do surdo em ambientes orais, dando condições para que eles viessem a desenvolver a língua oral, a visão oralista era de que o surdo precisa de “reabilitação” para estar em sociedade e sua deficiência seria reduzida a partir de estímulos auditivos (GOLDFELD, 1997).

Segunda grande abordagem foi a comunicação total, que possuía um olhar sobre o surdo como indivíduo diferente, mas não era considerado deficiente. Esse método consistia na mescla do oralismo e a língua de sinais em conjunto com outras técnicas que possibilitassem o aprendizado do surdo, contudo, ainda mantinha a prioridade da linguagem oral (SANTOS, 2013).

No bilinguismo, faz-se o uso da língua materna (língua de sinais) e a língua oficial do país como segunda língua. Nesta abordagem metodológica a prioridade está em desenvolver as habilidades na língua de sinais e o uso da segunda língua na modalidade escrita (SANTOS, 2013).

Quanto ao conceito de bilinguismo, Lira (2020) fala que consiste na necessidade de o surdo ter a língua de sinais reconhecida como língua materna, ou seja, primeira língua. Na visão de Pereira e Vieira (2009) bilinguismo é o uso de duas ou mais línguas e que as pessoas surdas que fazem uso da língua de sinais e língua oficial podem ser consideradas bilíngues.

O bilinguismo para Titone (1972) é a pessoa conseguir dominar a segunda língua de forma a respeitar a sua estrutura e não parafrasear a primeira língua. Compreendendo o significado de bilinguismo como o uso de duas línguas, entende-se que este método é relevante para a educação dos surdos. No contexto de Brasil, a LIBRAS e a Língua Portuguesa estará presente na convivência social e em grande parte do seu percurso escolar (LIRA, 2020).

As escolas bilingues dentro da estrutura educacional é de grande relevância e preciso destacar esse valor, pois são elas que melhor atendem essa comunidade, respeitando sua identidade, cultura, cultura e forma de aprender. Considerando a história dos surdos, podemos perceber que os surdos aprendem de forma diferente. A língua de sinais é a ponte de transmissão de conhecimento, assim, o bilinguismo deve estar nas escolas, estas devem se especializar para receber e ensinar esses alunos na sua própria língua (MOURA, et al., p. 2017).

No Relatório de Política Educacional bilingue esclarece que a educação bilingue se caracteriza pelo uso de duas línguas. Na qual adota a LIBRAS com primeira língua pelas crianças surdas que deve aprende-la em um tempo similar as crianças ouvintes e posteriormente a familiarização com o Português como segunda língua. Esse processo tem como objetivo afirmar a aprendizagem das duas línguas, preservando a cultura e identidade linguística da comunidade surda.

O Relatório deixa claro que devem ser criadas condições de aprendizagem do aluno surdo e que a aquisição de conhecimento ocorra em tempo de equivalência dos alunos ouvintes. Destacando que a LIBRAS é a primeira língua, respeitando a identidade linguística e cultural do alunado surdo.

Skliar (1997) menciona que o ensino bilingue cria uma identidade bicultural, a criança surda por meia da cultura surda desenvolverá a aproximação da cultura ouvinte. No meio educacional, as duas línguas e culturas devem estar presentes, mas cada uma em seu contexto. Na sala de aula dois representantes de ambas as culturas (professor e intérprete) desempenhando seu papel pedagógico.

Todo têm o direito a um bom ensino, o espaço escolar deve garantir esse direito sem esquecer as diferença e particularidades de cada um. Profissionais atentos e em constante aperfeiçoamento, trabalhando em coletivo para melhorar as metodologias já existentes e elaborando novos métodos (SANTOS, 2013).

A escola e profissionais devem estar preparados para cumprir a lei em efetividade. Na visão de Santos (2013) o direito a inclusão só ocorre se a escola

estiver preparada para receber esses alunos matriculados e atender suas necessidades educacionais. Os profissionais devem está bem preparado e em formação continua, além de receber o curso de LIBRAS assim como os pais desses estudantes.

Temos a menção de que uma escola realmente bilingue necessita não só de um professor que domine as duas línguas ou interprete para interagir com esse aluno, mas a escola como um todo deve aprender LIBRAS. Nessa perspectiva de ambiente o aluno surdo poder se expressar livremente e interagir com todos, proporcionando um local acolhedor e receptivo a aprendizagem. Reforçando ainda parceria entre família e escola, a autora afirma que também deve-se ensinar a língua de sinais as famílias desses alunos, fechando por completo essa atmosfera bilingue.

Entendendo que nas afirmações atuais, o surdo tem as mesmas capacidades cognitivas de um ouvinte. Socialmente possuem sua própria língua e cultura, associado a isso o professor irá adaptando suas experiências aos seus alunos e encontrando novos meios de facilitar o aprendizado (SANTOS, 2003).

É preciso ter um cuidado e atenção quanto a educação dos surdos e formação de professores, não somente na questão de transformar a Língua Portuguesa em segunda língua, mas em todas as áreas. Tendo o cuidado para preservar a dignidade, mantendo o respeito por essa comunidade e qualidade de vida (FALCÃO, 2010).

Alguns centros de ensino possuem os recursos necessários para atender os surdos, com professores especializados que fazem atividades direcionadas a esse alunado, interprete de língua de sinais. Porém nem todas as escolas dispões desses profissionais ou são poucos para atender a grande demanda. Essas pessoas que dominam a língua de sinais são a referência de identificação do surdo com o ouvinte, sendo indispensável para ocorrer a comunicação (SANTOS, 2013).

O grande desafio segundo Lodi e Larceda (2006) é conciliar o ensino bilingue e a escola regular. Esse processo requer discussões, pesquisas para compreender a melhor forma de aplicação desse método para se ter resultados positivos e conseqüentemente alunos com formação bilingue dentro de uma escola regular.

Dentre os autores citados, é expressivo a opinião de que a língua de sinais é a principal forma de comunicação do surdo e a educação bilingue é a metodologia que alcança um resultado mais significativo na educação dessas pessoas. Santos

(2013) afirma que a língua de sinais foi imprescindível para o desenvolvimento das pessoas surdas, pois ao longo do tempo acreditava-se na incapacidade do surdo aprender por conta de sua deficiência. Através do uso da LIBRAS o surdo pode mostrar seu potencial de aprendizagem, expressando suas opiniões e pensamentos.

A partir do uso da língua de sinais o surdo passa a se desenvolver dentro de várias áreas, na qual antes era limitada pela barreira da comunicação. A LIBRAS tem papel fundamental nesse processo no cenário de Brasil, à medida que é viabilizado o meio de se comunicar com os membros da própria comunidade e ouvintes, abrindo assim um leque de possibilidades.

3.3 A importância da LIBRAS em um contexto bilingue

Quando o tema é o ensino do surdo não se pode deixar de mencionar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois por meio dela que os brasileiros surdos se comunicam e tem como língua oficial. Segundo a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a LIBRAS como uma língua, possuindo sistema linguístico tendo base visual-motora e estrutura gramatical (ALVES et al, 2011).

A LIBRAS através da lei passa ser considerada a língua materna dos surdos brasileiros, acerca disso Fernandes (2011) esclarece que a LIBRAS é a língua de sinais que representa a comunidade surda do Brasil, pois cada país tem a sua língua de sinais que vai representar os surdos e sua cultura. A LIBRAS é utilizada pelos surdos principalmente no setor urbano, pois nas áreas rurais muitas pessoas com surdez desconhecem a LIBRAS, fazendo com que utilizem um sistema próprio de sinais para se comunicar.

A LIBRAS é a língua que os surdos no Brasil usam para se comunicar e reconhecida legalmente como língua materna e primeira língua, cada país possui seu sistema de língua de sinais, pois difere a maneira que cada comunidade se comunica. Dentro do Brasil essas diferenças também podem mudar, de região para região, seja pela falta de conhecimento da LIBRAS ou algum sinal gestual que difere de significado.

A inclusão do surdo estar diretamente ligada a língua de sinais, pois o reconhecimento da língua pela comunidade firma sua identidade como cidadão e desempenhar seu papel na sociedade. Sabendo da importância da LIBRAS para a comunidade surda, a participação dela no processo de comunicação e de seu

reconhecimento como língua que possui sistema próprio, com níveis linguísticos, morfológicos, sintáticos, fonológicos e semânticos, necessitam do apoio visual e gestual para acontecer (ARAÚJO, 2015).

Sobre as características da LIBRAS Fernandes (2011) menciona que a LIBRAS se classifica como uma modalidade visual espacial, pois precisa de um conjunto de elementos tanto corporais como faciais que organizados em movimentos formaram palavras, para os surdos essas palavras são os chamados sinais. Os sinais podem se referir a qualquer realidade existente assim como a língua falada e não deve ser confundida com a mimica

A LIBRAS sendo uma língua própria tem o modo correto de ser reproduzida, não são gestos aleatórios, precisa-se seguir um sistema para que a comunicação possa ser efetivada. Reforçando essa ideia Araújo (2015) diz que é necessário seguir a forma, configuração, movimento e orientação para executar o sinal de maneira correta, ligadas ao movimento e expressões faciais e corporais que o sinal exige.

Para efetivar o aprendizado do aluno surdo além do ensino da LIBRAS é preciso apoio e participação da família, pois são eles que tem os primeiros contatos com esse indivíduo. Portanto é indispensável o conhecimento e uso da LIBRAS por todos os envolvidos no processo de educação desse aluno para que ocorra inclusão, pois facilita a comunicação entre ambos (MARILENE; MEYER, 2016).

Na falta de um professor bilingue, ou seja, que domine a Língua Portuguesa e a LIBRAS, outra peça importante para a inclusão é o intérprete de LIBRAS. Para Araújo (2015) o intérprete é quem vai mediar a aquisição de conhecimento do surdo e ajuda-lo a interagir no meio ouvinte, tanto na parte educacional como social, promovendo a comunicação e conseqüentemente trazendo uma autoestima a esse indivíduo.

Quanto ao papel do intérprete é ele quem vai transmitir o que estar sendo passado pelo professor tirando a barreira de comunicação. Isto permite com que o surdo possa se desenvolver integralmente. A língua de sinais assim como a língua oral, então presentes para ajudar na evolução cognitiva dos surdos (ARAÚJO, 2015).

Para contemplar toda a diversidade existente dentro das escolas Marilene e Meyer (2016) menciona que primeiro deve-se reconhecer que esses alunos estão presentes dentro do cotidiano diário da escola. Utilizar os métodos existentes e oferecer um ambiente favorável ao ensino aprendizagem considerando a inclusão.

Para a inclusão ser realidade, precisa ser analisado todo um contexto, conhecer cada aluno para haja compreensão de como ocorre o processo de aprendizagem de cada um. Elabora novos métodos pedagógicos e formas de avaliação. Focar na especialização constante do professor, pois ele está diretamente ligado a esse aluno. Além da escola fornecer o suporte para melhorar a relação professor e aluno, tendo currículos mais flexíveis e que respeite os interesses, ideias desses estudantes, além de desafia-los com propostas pedagógicas diferenciadas que desenvolvam suas capacidades (LACERDA, 2006)

A flexibilidade nas metodologias de modo a atender a diversidade é muito importante, já que cada aluno tem um tempo e forma de aprender, alguns com limitações que precisam ser levadas em consideração, com o aluno surdo fazer uso de novas metodologias de ensino, recursos diferenciados, capacitação de profissionais é essencial para alcançar um bom resultado onde o aluno não só consiga aprender, mas se sinta acolhido e a vontade para expressar suas ideias e pensamentos, desenvolvendo seu suas opiniões e críticas sem julgamentos e diferenciação.

No que se categoriza como inclusão do aluno surdo, como já mencionado a LIBRAS é chave e cabe aos profissionais do ambiente escolar encontrar novos métodos, recursos pedagógicos para garantir o aprendizado desse aluno (MARILENE; MEYER, 2016).

A inclusão escolar é vista como um processo dinâmico e gradual que pode tomar formas diversas a depender das necessidades dos alunos, já que se pressupõe que essa integração /inclusão possibilite, por exemplo, a construção de processos lingüísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita, sendo o professor responsável por mediar e incentivar a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas. (Cad.Cedes, Campinas,vol 26,n.69,p.167,maio/ago.2006).

O processo de inclusão requer tempo e planejamento adequado. Perceber as necessidades que precisam ser atendidas e adaptações a serem feitas para o aumento do nível de aprendizagem. No contexto de alunos com surdez os recursos de apoio e o uso da LIBRAS são peças indispensáveis para ocorrer a compreensão e assimilação de conteúdo.

No Brasil a LIBRAS é o instrumento único e capaz de exercer a mesma função que a da língua oral utilizada pelos ouvintes. Nas práticas educativas as

interações por meio da LIBRAS ainda são poucas, pois fica restrito em grande parte ao uso dentro da própria comunidade surda (ARAÚJO, 2015).

Para existir inclusão do sujeito surdo é preciso que a LIBRAS seja uma língua presente também entre os ouvintes. Segundo Araújo (2015, p.27) “Para que haja realmente a interação linguística é preciso que as pessoas do meio educacional usem efetivamente a língua de sinais”, ou seja, a LIBRAS precisa entrar no contexto pedagógico de todos os profissionais e pertencentes da escola desse aluno incluso.

4. COMO A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PODE CONTRIBUIR PARA A PROMOÇÃO DE METODOLOGIAS QUE FAVOREÇAM A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

Este capítulo aborda as metodologias que podem ser feitas para melhorar o processo de inclusão do aluno surdo, atrelado a pesquisa realizada no Centro de Ensino José Cesário da Silva na cidade de Açailândia – MA. Iniciando com a contextualização do ambiente de pesquisa, os métodos utilizados e as observações da prática relacionando com a visão de e alguns autores que pesquisam na área da educação para surdos. Mencionando algumas metodologias bilíngues que auxiliam no ensino do surdo.

4.1 O ambiente da pesquisa

O Centro de Educação José Cesário da Silva está situado na avenida Congonhas s/n no bairro Conjunto João Paulo II, na cidade de Açailândia – MA. Foi fundado em 01 de abril de 2008, com intuito de atender adolescentes em fase escolar do bairro Vila Ildemar e bairros próximos. É uma instituição pública de ensino da rede estadual mantida pela Secretaria Estadual de Educação. (PPP, 2020)

A instituição tem capacidade de atender 777 alunos, divididos em três turnos: manhã, tarde e a noite. Possui seis salas de aula, cantina, quadra poliesportiva, diretoria, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A instituição atualmente tem quatro alunos surdos matriculados, sendo um no turno noturno e três no turno matutino. Destes quatro alunos somente um tem frequência regular (PPP, 2020).

A escolha do Instituto foi feita pelos seguintes requisitos: a) ser uma escola inclusiva; b) possuir interprete de LIBRAS; c) ter alunos surdos frequentando às aulas

regulares; d) o aluno surdo conseguir dominar perfeitamente a LIBRAS. Preenchendo todos esses parâmetros o Centro José Cesário foi escolhido para a realização da pesquisa.

É importante ressaltar que a escola além de ter alunos surdos, também possui projetos para seu acolhido, como alguma forma o ambiente escolar fosse o mais inclusivo possível para esses alunos. O Centro José Cesário possui uma iniciativa de um projeto de ensino de LIBRAS aos professores. O qual mostrou a preocupação proporcionar um melhor ambiente educacional para esses alunos.

O projeto dentro da instituição nasceu da iniciativa de um dos professores de LIBRAS da sala de AEE. Este, motivado por seu comprometimento na área de Educação Especial, explicou sobre a evasão escolar dos alunos surdos ser alta, por esse motivo, ele voltou sua atenção para o ensino da LIBRAS aos professores, para aqueles que tivessem interesse em aprender. Essa iniciativa é um dos primeiros passos para o acolhimento dos alunos surdos e o desenvolvimento de novas metodologias envolvendo o bilinguismo na escola.

4.2 Metodologia da pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas: a observação e a entrevista. Para Gressler (2003) a observação é uma técnica de coleta de dados utilizada para obter informações e captar de forma intencional aspectos da realidade que contribuam para a sua compreensão. Para a autora esta técnica é de grande relevância na área das ciências sociais, pois permite ao pesquisador adquirir percepções dos processos e compreender os seus significados. Por essas razões, a observação foi importante para identificar aspectos do ambiente de aprendizagem proporcionado pela escola aos alunos com surdez.

Posteriormente foi aplicada uma entrevista semiestruturada com a interprete e a professora regente. Para Goldenberg (2005), este tipo de entrevista proporciona uma maior liberdade para desenvolver o diálogo na direção da essência do tema, permitindo ao entrevistador focar nos aspectos que mais lhe interesse para alcançar seus objetivos. Dentro desta perspectiva, a realização da entrevista foi importante para a comparação de ideias da intérprete e da professora regente com estudos realizados por pesquisadores do tema.

4.3 Etapa de observação

Na primeira etapa foi realizada a visita ao Centro José Cesário da Silva a instituição de estudo. Na oportunidade, foi feito o acompanhamento de uma professora de biologia, em uma de suas aulas para o 3º ano do Ensino Médio, turma que tem o aluno mais frequente, dentre os quatro estudantes surdos matriculados. A frequência desse aluno foi o fator decisivo para a escolha de acompanhá-lo durante a pesquisa. A escola atualmente possui 4 alunos matriculados, três no período matutino e um no período noturno. Durante o ano de 2022 eram seis alunos surdos na instituição, porém dois pediram transferência, três tem pouca frequência e somente um dos alunos, atualmente é assíduo.

Para Silva, et al (2018) a inclusão não ocorre somente ao matricular o aluno surdo, mas ela deve estar preparada, dispondo de uma estrutura adequada para promover o ensino. Dispor de recursos e profissionais especializados e bem preparados para que as educções proporcionadas a esses estudantes tenham um ensino de qualidade e posteriormente desenvolver seu papel como cidadãos na sociedade.

Na escola observada, possui a sala de Atendimento Especial Especializada (AEE) com profissionais formados em LIBRAS que estão presentes para auxiliar os professores no que for requisitado em relação aos alunos surdos, como por exemplo, aulas contra-turno ou realização de alguma atividade diferenciada. Além desses profissionais, em sala de aula o aluno tem o acompanhamento de um intérprete.

A turma observada foi a de 3º ano do Ensino Médio do turno matutino, pois era o aluno com maior frequência em aulas e acompanhamento da intérprete é diário. Sobre a função do intérprete Oliveira e Mesquita (2011) diz que é fundamental, principalmente na área da educação pois o processo de inclusão no ensino regular só acontecerá com eficiência com a presença desse profissional devidamente qualificado. O intérprete deve estar presente na sala de aula pois sem ele o aluno surdo tem sua comunicação cortada e o aprendizado prejudicado.

Na sala de aula foi possível observar que não existia interação direta entre professor e aluno, pois a professora não tem conhecimento da LIBRAS. A presença da intérprete foi essencial na intermediação da comunicação no andamento da aula ministrada. A tradução era feita de forma simultânea, tendo o cuidado de fazer com que o aluno se compreende o que estava sendo passado.

Sobre isso, Oliveira e Mesquita (2011, p. 4) fala que o interprete faz a mediação da comunicação do aluno surdo com os professores e demais alunos ouvintes, sem esse profissional a comunicação não acontece. Sendo necessário o investimento na formação de mais interpretes para atender a área da educação.

Ao fazer a ponte de transmissão de conhecimento permite o aluno a melhorar seu potencial, a se comunicar com os colegas de turma e professor. Além de poder transmitir seus pensamentos e opiniões para os demais, lhe dando segurança para se expressar. O aluno surdo da turma observada tinha um elo de confiança visível com sua intérprete, em uma comunicação constante. Um profissional bem capacitado e empenhado trás grandes pontos positivos na aprendizagem do surdo.

Esse elo de confiança nasce a partir da interação e convivência entre intérprete e aluno. Nesse processo existe uma troca entre ambos. O intérprete não vai apenas traduzir, mas também tem conversas sobre o cotidiano, trabalhos passados em sala de aula, dúvidas que são sanadas por esse profissional (BARROS, 2017).

Assim como afirmado pela autora acima, na escola observada o aluno surdo mantinha sua comunicação preferencialmente com a interprete. Tendo conversas que iam além da simples tradução da aula. Tendo a preocupação de contextualizar as situações que ocorriam em sala.

Contudo, outro fator muito importante é o próprio domínio da LIBRAS pelo aluno surdo e isso acontece desde a infância. Silveira (2013) diz que a família vai fornecer uma representação importante no processo de aquisição linguística do surdo, pois os primeiros contatos com a língua e através da interação familiar. Fernandes (2011) reforça que é a família que vai proporcionar a familiarização do surdo com os sinais e conseguiu transformar esse aprendizado em comunicação com outras pessoas.

De acordo com a interprete acompanhada, o aluno surdo observado nasceu em uma família de surdos. Por meio do qual foi iniciado sua educação em LIBRAS aos cinco anos de idade., tendo domínio completo da língua de sinais, o aluno tem a LIBRAS tendo-a como língua com materna e a Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita.

A ausência da LIBRAS no contexto familiar prejudica a comunicação do aluno seja ele criança ou adulto e conseqüentemente interfere no seu processo de aprendizagem e assimilação de conteúdos, fazendo com que a escola assumas esses

princípios básicos para de alguma forma suprir a as necessidades desse alunado.

No referente a relação professora e aluno, na prática não existiu interação entre eles, a professora regente em sala sempre voltava suas falas aos alunos ouvintes, sempre se posicionando de costas para o aluno surdo, tendo uma sua metodologia única para ambos (ouvintes e surdo) e tendo conhecimento somente do alfabeto em LIBRAS. Não aplicando metodologias adequadas às necessidades educacionais do aluno surdo presente.

Na perspectiva de Silveira (2013) a Língua Portuguesa está ligada ao auditivo, de modo que a aluno surdo tem dificuldades em aprender, mesmo que na modalidade escrita, isso está atrelado aos conhecimentos dos professores sobre LIBRAS e às metodologias aplicadas por elas para alcançar (ou não) os objetivos de ensino com os alunos surdos presentes em sala.ao modo como o professor ensino, ou seja a metodologia aplicada está errada ao contexto de aprendizado.

A metodologia utilizada é de fundamental importância para resultados positivos na aprendizagem, se não tem uma técnica diferente que possa facilitar a compreensão a qualidade da educação cai. A respeito do professor conhecer LIBRAS (SILVA, et. al, 2018) discorre que a LIBRAS ainda não é muito conhecida entre os profissionais da educação e essa falta de compreensão da língua prejudica a comunicação em sala de aula em consequência o aprendizado. Então na falta de um intérprete ou professor bilíngue, o aluno surdo está somente integrado dentro da sala de aula. Não há de fato inclusão.

Um ponto importante observado, foi que a interprete, durante a aula utilizou o celular para mostrar imagens do assunto debatido, procurando melhorar a compreensão do aluno.

No processo de aprendizagem do aluno com surdez deve se desconsiderar métodos oralistas, que se apropriem somente do uso da Língua Portuguesa. Visto que os estudantes surdos aprendem com mais facilidade com metodologias que fazem uso do aspecto visual e gestuais (FERNANDES,2011).

O aspecto visual na educação do surdo é indispensável, pois diferente da educação dos ouvintes, que são essencialmente oralistas, a dos surdos precisa de recursos visuais para melhor compreensão. Metodologias que se voltem para esse aspecto são de suma importância para uma educação inclusiva e acolhedora.

Ou seja, a escola deve está diretamente envolvida na elaboração e fornecimento dessas metodologias, integrando o uso de materiais visuoespaciais no

fazer pedagógico dos professores ou dos intérpretes para ajudar no esclarecimento do conteúdo. Na sala analisada o recurso visual (o celular) não foi fornecido pela escola, mas era de uso pessoal do aluno e foi indispensável no momento para sua compreensão.

Ainda sobre a importância do recurso visual Marilene e Meyer (2015) diz que o aluno surdo depende muito desse material, além da atitude do professor em sala para conseguir adquirir conhecimento. Diante da falta de conhecimento em LIBRAS é importante que os professores sejam capacitados para utilizarem metodologias que facilitem os processos de aquisição de conhecimentos dos alunos surdos.

Na perspectiva de Barros (2017) afirma que mesmo com a presença do intérprete, se a escola e os professores não estiverem preparados, não existiu a garantia de que esse aluno venha conseguir aprender. Pois na falta de um plano de aula e metodologia diferenciada prejudica o ensino desse aluno surdo.

Só o intérprete não é a garantia do sucesso da aprendizagem do aluno. As metodologias que o professor vai utilizar são indispensáveis. A falta de recursos e práticas diferenciadas atrapalha a compreensão do aluno e a responsabilidade desse ensino não pode recair somente no intérprete.

4.2. Etapa de Entrevista

A entrevista foi realizada com a intérprete e a professora de biologia do 3º ano matutino, que estavam disponíveis no dia da observação e concordaram em participar da observação e da entrevista. Foi elaborado 2 roteiros de perguntas, pré-estabelecidos para melhor fluidez nas respostas. Essa etapa foi importante para compreender a visão de cada profissional os processos educacionais que se estabelecem em sala com a presença do aluno com surdez. Além de fazer um comparativo entre as opiniões de quem está lidando diariamente com o alunado e a teoria de alguns autores da área.

Os roteiros consistiam em sete perguntas direcionadas para a professora regente e cinco para a intérprete. Sete perguntas pré-elaboradas, dessas 4 eram perguntas em comum de modo a comparar a visão das duas profissionais. E algumas diferentes direcionada para a função de cada uma. As perguntas foram feitas individualmente para não haver influência nas respostas.

Ao ser questionada sobre a preparação das aulas, a professora regente afirmou que não há a necessidade de um plano de aula individualizado para o aluno surdo que frequenta suas aulas no 3^a terceiro ano. Isto porque, em sua visão o estudante consegue acompanhar todas as atividades propostas. Por essa razão, também não há diferenciação na metodologia utilizada para alunos surdos e ouvintes.

Porém Segundo Silveira (2013) o professor dentro do seu papel deve procurar modos de ensino diferenciados que diminuam as dificuldades enfrentadas na compreensão do aluno, de forma que ele adquira o conhecimento em plenitude. Essas atividades devem ser colocadas dentro do contexto da aula e relacionadas com a base visual para associação. Estes métodos não dispensa a importância da parte escrita, pois nela o professor avalia o aprendizado do aluno.

Diante da defasagem na comunicação entre a professora e o aluno, foi perguntado a ela sobre seus conhecimentos em LIBRAS. A docente afirmou que ainda está aprendendo o básico e que até o momento só conhecia o alfabeto. Para se comunicar com o adolescente surdo em suas aulas, ela explicou que faz uso de gestos, quando necessário, quando a interprete não está presente para mediar.

A professora ao não realizar planos de aulas diferenciados e metodologias voltadas para o aluno surdo, trás problemas no aprendizado. Assim como a falta de conhecimento de LIBRAS, acaba não suprimindo as necessidades deste estudante e a proposta inclusão não ocorre, se configurando somente como uma integração.

Quanto aos desafios da inclusão Lodi e Larceda (2009) diz que precisa ser discutido com cuidado, principalmente na ligação de ensino bilíngue e inclusão. Tendo em mente o que é necessário para que ocorra a formação bilíngue de crianças surdas dentro do ensino regular.

Uma educação bilíngue dentro da escola regular é o ideal para o aluno surdo, mesmo com todas as dificuldades de implementação. Essas propostas precisam ser debatidas e aplicadas pela escola. Na instituição observada esses primeiros passos começam a partir do projeto de ensino de LIBRAS para os professores, pois desse modo melhora a comunicação e interação entre professor e aluno.

Questionada sobre a importância da LIBRAS no processo de aprendizagem dos surdos, a professora explica que com o uso LIBRAS a comunicação com o aluno seria facilitado. A troca entre aluno e professor seria direta, dando mais fluidez ao aprendizado. Mediante ao mesmo questionamento a interprete afirma que o

conhecimento de LIBRAS pelo professor é importante, pois o aluno se sentiria mais seguro e sua participação nas aulas seria mais efetiva.

Na perspectiva de Araújo (2015) a língua de sinais é tão importante quanto a língua oral. Ela contribui decisivamente na educação do surdo, facilitando o desenvolvimento cognitivo e melhorando a interação dentro da sua comunidade e também com ouvintes. É possível salientar que a presença de um professor bilingue é interessante pois o ensino estará sendo transmitido diretamente ao aluno. Como antes mencionado, sem a compreensão do conteúdo não a aprendizagem e para isto é necessário que uma comunicação efetiva aconteça por meio da LIBRAS.

Por existir a barreira da comunicação, a interação da professora regente e aluno surdo era mínima, fazendo com que existisse um distanciamento entre ambos. Isto influencia no comportamento do estudante, fazendo com que não se expresse livremente e exponha suas dúvidas sobre alguma temática ou avaliação trabalhada em sala de aula.

Sobre aos métodos avaliativos, foi perguntado a professora se existia uma avaliação diferenciada para o aluno surdo, ela esclarece que não à necessidade de uma avaliação diferenciada, pois no seu ponto de vista, o aluno se desenvolvia bem nas provas escritas.

A respeito desse método de avaliação, Fernandes (2011) fala que é um erro muito grande que avaliações e atividades de fixação sejam feitas com questões dissertativas. Pois o professor deve compreender a limitação que o aluno surdo tem com a escrita, o que acaba prejudicando seu desempenho.

As avaliações de alunos surdos devem ser com métodos mais visuais e gestuais, fazendo uso da língua de sinais e imagens que auxiliem. As atividades devem facilitar a compreensão do estudante (SILVEIRA, 2013). As avaliações são um modo de mostrar como está o conhecimento do aluno, deste modo é importante encontrar maneiras de melhor avaliar o aluno surdo.

Quanto ao nível de aprendizagem, ao ser questionada sobre o nível de conhecimento do aluno surdo, ela afirma que comparado aos alunos ouvintes, o aluno surdo presente na turma tem o mesmo nível de aprendizado. Na visão da intérprete, ela menciona, que o estudante do 3º ano tem um desenvolvimento de conhecimento avançado, mas não é a realidade da grande maioria dos educandos surdos.

A pessoa surda tem a mesma capacidade cognitiva de um ouvinte, não se pode subestimar seu potencial. É preciso estimular e incentivar esses alunos.

Entender que ter uma deficiência pode trazer certas limitações, mas que outras habilidades podem ser desenvolvidas, assim como uma pessoa sem deficiência (SANTOS, 2013).

Na escola observada, esse é um ponto positivo, pois o aluno conseguiu se manter no nível de aprendizagem igual dos outros alunos, apesar das dificuldades. Como exemplo destas limitações se tem a falta de recursos da própria escola. O auxílio e preocupação da intérprete com relação ao aprendizado do aluno é essencial para esse resultado positivo.

Em relação as atribuições do intérprete, foi questionado a profissional se sua função seria somente a tradução e mediação de comunicação. Ela afirma que a função do intérprete vai além da simples tradução, pois deve existir o cuidado e sensibilidade para ajudar o aluno a compreender da melhor forma o que está sendo ensinado.

O intérprete pode sim participar do processo de ensino do aluno, como co-educador. Podendo participar da elaboração das aulas e mostrar sua visão e ideais de metodologias (LACERDA, 2000). Essa parceria de intérprete e professora é importante, trás muitos pontos positivos para a aprendizagem.

Segundo Barros (2017) o papel do intérprete não é somente traduzir, pois na grande maioria das instituições os professores e alunos não conhecem a LIBRAS, a cultura dessa comunidade. Nesse cenário o interprete torna-se a principal fonte de transmissão de conhecimento, assim assumindo, em maioria das vezes, o papel do educador.

A realidade existente é que em muitas escolas, o intérprete assumi o papel de ensinar o aluno surdo, pelo fato de os professores não conhecerem a LIBRAS. Assim como os membros da comunidade escolar não conhecem a língua de sinais. Na instituição selecionada, o aluno surdo tinha um fluxo de conversa maior com a interprete, a interação com os colegas e professora era mais limitada devido a barreira de comunicação.

Quanto a um ambiente bilingue na contribuição para a inclusão, a professora menciona que como conhecimento da LIBRAS existiria a uma interação natural do aluno com os demais participantes da comunidade escolar. Na perspectiva da intérprete, o aluno só estará realmente incluso com a LIBRAS sendo colocada como primeira língua e todos a utilizando para a comunicação no âmbito escolar.

Os métodos pedagógicos precisam ser revistos e a prática de LIBRAS

implantas dentro das escolas regulares, somente assim existirá a inclusão real do aluno surdo (MARILENE; MAYER, 2016). Ao incluir a LIBRAS dentro do âmbito da escola, viabiliza a possibilidade de comunicação do aluno surdo se ampliar, trazendo mais conforto e segurança em se comunicar.

Uma escola que realmente pratica a inclusão, assume a LIBRAS como primeira língua por todos seus participantes. Somente desta forma todos estarão um ambiente compartilhado e inclusivo, beneficiando não só os surdos, mas também ouvintes. Compreendendo a necessidade de revisão em políticas públicas e pedagógicas, aquisição de recursos e verbas (SANTOS, 2013).

O ambiente bilíngue promove a socialização entre todos no âmbito escolar. A naturalidade na comunicação trás o conforto para o aluno surdo em interagir e expressar seus pensamentos e opiniões. Para que isto ocorra é necessário lutar pelas mudanças de políticas públicas e metodológicas, fazendo com que elas ocorram na prática.

Ao ser questionada sobre metodologias bilíngues, a professora esclarece que essas metodologias podem ajudar, mas ainda não é algo que faça parte da realidade do cotidiano da escola. Para a interprete, a existência de projetos que estimulem o ensino de LIBRAS, é imprescindível. Ela afirma que recursos visuais aliados a métodos direcionados ao aluno surdo melhoraria muito o potencial de aprendizado.

As capacidades cognitivas dos surdos não são afetadas pela sua deficiência. Tendo potencial de desenvolver suas habilidades como qualquer outra pessoa, embora precise de sua própria língua para comunicação. Sabendo disso, os profissionais escolhidos para atuar na educação desses alunos precisam estar preparados para atender as suas necessidades específicas. O professor deve estar em processo aquisição de conhecimento constante, para desenvolver técnicas e adaptá-las a realidade da sua sala de aula (SANTOS, 2013).

Para que haja inclusão na escola regular é preciso fazer o uso da LIBRAS e recursos visuais em suas metodologias, remetendo a memória visual do aluno. Disponibilizando interpretes e qualificando professores bilíngues. A presença de professores surdos é agregadora, pois trás uma visão diferente não só da língua dos surdos, mas também dá cultura e costumes dessa comunidade o que pode mudar a perspectiva da inclusão dentro das salas de aula (SANTOS, 2013).

Para Marchesi (1995), é possível utilizar algumas táticas educativas de

modo a explorar todas as habilidades cognitivas do aluno. Promover incentivos através de jogos que permitam a expressão e comunicação com os demais colegas de sala. Em caso de trabalho e socialização em grupo sempre tendo o cuidado de perceber se o aluno surdo está compreendendo a mensagem recebida e disponibilizando tempo organização de ideias.

Dentro da estrutura do bilinguismo, existem várias vertentes, dentre elas o bilinguismo com aspecto crítico. neste tipo de bilinguismo o sujeito surdo tem sua identidade reconhecida. O ensino é estruturado a partir do uso da língua de sinais, com metodologias que se adaptam a realidade do estudante e uso de materiais visuoespaciais fazendo parte do cotidiano de sala de aula (UFSM, 2005).

Nesse modelo de bilinguismo assume algumas estratégias para o ensino do surdo. A LIBRAS passa a ser usada como primeira língua e o português como segunda língua na modalidade escrita, explora o visual, entendendo que o surdo consegue aprender por meio da visão e não do auditivo. Reconhece a relevância social da escrita em Língua Portuguesa, introduzindo no aluno o gosto pela leitura para melhorar a escrita (UFSM, 2005). Ainda dentro de estratégias para o ensino diferenciado, UFSM (2005, p. 25):

Trabalha na organização e estruturação de jogos que auxiliem o aluno surdo a desenvolver seu raciocínio lógico, mental e intelectual/cognitivo (aqui podem entrar várias sugestões de materiais concretos como blocos lógicos e também jogos estruturados que desenvolvem a seriação, classificação e pareamentos tão importantes para o desenvolvimento da criança. Também se pode abordar, na matemática, os materiais que proporcionam uma melhor aprendizagem para o surdo como o ábaco e o material dourado).

10. Utiliza de estratégias para o aluno escrever em português correto que variam, por exemplo: antes de se passar para a estruturação do português correto fazer um esquema no quadro sobre o assunto desenvolvido ao modo como o surdo escreveria para depois colocar o texto no português correto; às vezes os alunos contextualizam melhor desta forma.

11. Interessa-se pela cultura surda, sendo que a língua de sinais é seu ponto principal e algumas atividades culturais dos surdos iniciam a fazer parte do currículo, algumas histórias surdas, alguns materiais surdos chegam às mãos dos alunos.

12. Presença do professor surdo, do instrutor surdo ou do monitor surdo. O trabalho sempre é visto como para a aquisição da identidade e da cultura do surdo.

O uso de jogos é uma ferramenta importante para o desenvolvimento do aluno. Os jogos para surdos devem ter em sua estrutura com aspectos visuais para a auxiliar da compreensão do objetivo. O autor também afirma que conhecer a cultura surda ajuda na familiarização da realidade dessa comunidade.

Essas estratégias auxiliam no percurso de aquisição de conhecimento e

bem-estar do aluno. Tornando o ambiente mais acolhedor e propício a aprendizagem. O uso destes aparatos e métodos não é uma regra ou estrutura fixa, pois cada turma de estudantes tem suas particularidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a comunidade surda tem uma busca pelos seus direitos a igualdade. Ao longo dos anos obtiveram muitas conquistas que garantem seu reconhecimento perante sociedade. Apesar dessas conquistas, como leis criadas para atender a essa comunidade, na prática a realidade é diferente.

Ao longo desta pesquisa buscamos compreender como o ensino bilíngue na comunidade escolar pode viabilizar uma inclusão efetiva para o aluno surdo. O ideal de uma escola inclusiva para surdos é que toda a comunidade escolar assuma a LIBRAS como primeira língua, porém essa realidade não é existente na grande maioria das escolas brasileiras atualmente.

Quando falamos de inclusão, tem-se em mente o acolhimento desse aluno em patamar de igualdade. Garantir que ele tenha a mesma qualidade de ensino que os alunos ouvintes. Para isto é necessário criar estratégias e metodologias que favoreçam e facilite esse processo de ensino-aprendizagem.

Contudo a dura realidade, são de escolas despreparadas para receber esses alunos. Na qual não possuem metodologias e recursos diferenciados para ensinar os surdos. Professores que conhecem pouco ou nada da LIBRAS, tornando a interação do surdo limitada em ambiente de sala de aula, pois passam a depender de um intérprete, isto quando disponibilizam um.

Falta de um professor bilíngue, o intérprete passa a ser peça chave para intermediar a comunicação. O papel do deste profissional vai além de simplesmente traduzir as falas do professor. Durante a pesquisa foi possível constatar que o intérprete cria um elo de confiança com o aluno.

A lei a favor da inclusão dos surdos vem para somar, o que falta é uma série de políticas públicas que somem e façam funcionar em contexto escolar. Somente um intérprete em sala de aula não significa o aluno está incluído. Pois sem este profissional presente não se estabelece uma comunicação com os ouvintes, ou seja, os professores e colegas de classe precisam saber a língua de sinais.

A ensino bilíngue é a chave para a educação do surdo, pois respeita como

indivíduo participante da sociedade, com cultura e língua própria. Quando as escolas colocaram essa metodologia em prática, aumentará os índices de aprendizagem e promove o acolhimento desse aluno capacidade de aquisição de conhecimento.

O ensino bilíngue além de promover o respeito e capacidade do aluno surdo também reconhece suas limitações e procura supera-las por meio de metodologias e estratégias que agregam na hora de ensinar. Fazendo o uso de recursos visuais, gestuais são parte fundamental do ensino desse alunado.

Contudo apesar de reconhecer que o ensino bilingue é a metodologia ideal para o surdo, infelizmente não está presente na maioria das escolas brasileiras. Algumas dificuldades precisam ser superadas dentre as quais: a) falta de conhecimento da LIBRAS; b) metodologias oralistas; c) escassez de recursos visuais. Ao superar essas barreiras teremos um ensino de fato inclusivo.

Estas mudanças exigem esforço e empenho. Na escola participante da pesquisa, mostra que pequenos passos, como a realização de projetos de ensino de LIBRAS são que grande relevância. Através destes promovem uma atmosfera de inclusão e impulsiona novas ações em busca de um ensino que melhor atenda as necessidades dos alunos com surdez.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcicleide da Silva. **A inclusão escolar de alunos surdos na ótica dos professores: Um estudo em uma Escola Municipal de Campina Grande.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual da Paraíba. Paraíba, 2015.

ALVES, Edineia de Oliveira. et al. **Língua de sinais: um instrumento viabilizador do desenvolvimento cognitivo e interacional do surdo.** In: DORZIAT, Ana. **Estudos surdos: diferentes olhares.** Porto Alegre: Mediação, 2011.

BARCELONA, **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.** Junho de 1996. In: LINGUAGEM, Revista Eletrônica de Popularização Científica da Linguagem. UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos – Campus São Carlos, São Paulo. Disponível em: . Acesso em Acesso em: 14 set. 2022.

BARROS, Verônica R. **Intérprete de LIBRAS: O seu papel na educação do surdo.** Disponível em: <
https://nuedisjornadacientifica.weebly.com/uploads/1/0/5/0/105033325/08_int%C3%89rprete_de_libras_-_o_seu_papel_na_educac%C3%87%C3%83o_de_surdos.pdf>. Acesso em: 11 de ago de 2022, 14:50.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069/90 de julho de 1990. São Paulo: Cortez

BRASIL. Ministerio do Imperio. Ministro (Pedro de Araujo Lima). **Relatorio do anno de 1862 que se devia apresentar a Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 11ª Legislatura.** (Publicado em 1863). Disponível em: . Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. Ministerio do Imperio. Ministro (Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello). **Relatorio do anno de 1879 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 17ª Legislatura.** (Publicado em 1880). Disponível em: . Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. Ministerio do Imperio. Ministro (Manoel Pinto de Souza Dantas). **Relatorio do anno de 1881 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 18ª Legislatura.** (Publicado em 1882a). Brasília: Editora Senado Federal, 2003.

BRASIL. Ministerio do Imperio. Ministro (Pedro Leão Velloso). **Relatorio do anno de 1882 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 18ª Legislatura.** Brasília: Editora Senado Federal, 2003.

BRASIL. **Relatório do Grupo de Trabalho,** designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº91/2013, contendo subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, 2014.

CÂMARA, L. C. **Abade De L'épée: escolarização, linguagem e governo dos surdos.** Trabalho de Conclusão de Curso. Mackenzie, São Paulo, 2012.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza; QUADROS, Ronice Muller. **LIBRAS – Língua**

Brasileira de Sinais: curso de licenciatura em matemática na modalidade a distância. Florianópolis: UFSC, 2010.

CICCONE, M. **Comunicação total: introdução, estratégia, a pessoa surda.** Rio de Janeiro: Cultura Médica. 1990.

DUARTE, S. B. R.; CHAVEIRO, N.; FREITAS, A. R.; BARBOSA, M. A.; PORTO, C. C.; FLECK, M. P. de A. **Aspectos históricos e socioculturais da população surda.** História, Ciências e Saúde, v. 20, n. 4, 2013.

FALCAO, Luis Albérico Barbosa. Surdez, **Cognição Visual e Libras: estabelecendo novos diálogos** Recife: MEC/TEC-NET/IFET. 2010.

FERREIRA, A. V. **Subsídio para o estudo da história da educação de surdos em Portugal.** In: BISPO, M.; COUTO, A.; CLARA, M.; CLARA, L. (Coord.). O gesto e a palavra I - Antologia de textos sobre a surdez. Lisboa: Caminho, 2006, p. 57-81.

FERNANDES, Sueli **Educação de surdos/Sueli Fernandes – 2 ed. Atual.-** Curitiba i.b pex, 2011.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos.** Curitiba: 2. Ed. Ibpex, 2011.

GARBE, Douglas de Souza. **Acessibilidade às pessoas com deficiência física e a convenção internacional de Nova Iorque.** Revista Unifebe, Balneário Camboriú, v.10, p. 95-104.2012

GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2007.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda, linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 2ª edição. São Paulo: Plexus editora; 2002.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** São Paulo: Plexus, 1997.

JOKINEN, M. **Alguns pontos de vista sobre a educação dos surdos nos países nórdicos.** In: SKLIAR, Carlos (Org.). Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Processos e projetos pedagógicos. Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LACERDA, C. B. F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos Surdos.** Cadernos cedes, v. 46, n. 19, p. 68-80, 1998.

LACERDA, Cad.Cedes, Campinas, vol26,n.69,p.163-184,maio/ago.2006

LUCHESE, Anderson. **Políticas e Educação dos surdos no Brasil.**1º edição. Indaial: UNIALSSEVI,2017.

LIMA, Amanda Denise , Artigo - quarta-feira, 15 de maio de 2013 PAULON, Simone **Mainieri Documento subsidiário da política de inclusão**\\ Simone Mainieri Paulon

Lia Beatriz de Lucca . Freitas, Gerson Smiech Pinho – Brasília : Ministério da Educação , Secretaria de Educação Especial, 2005. 48p

LIRA, Luzia dos Santos. **Aspectos do Bilinguismo das pessoas surdas refletidos na educação bilingue para surdos.** 2020.Monografia. Instituto Federal da Paraíba João Pessoa,2020

LODI, Ana Claudia Balieiro e LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização.** Porto Alegre: mediação, 2009.

MARILENE, Domanovski; MEYER, Vassão Adriane.**A importância da LIBRAS para a inclusão do escolar do surdo.** Paraná: CEDES, 2016.

MARCHESI, A., et. Al. **Desenvolvimento Psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Cap. 14. A educação da criança surda na escola integradora. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, p. 215-231, 1995.

MOURA Anaisa Alves de.; FREIRE, Edileuza Lima.; FELIX, Neudiane Moreira. **Escolas Bilingues para surdos no Brasil: uma luta a ser conquistada.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v.21, n. esp.2, p. 1283-1295, nov. 2017. Disponível em: . ISSN: 1519- 9029.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, Maria Helena de M. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem.** São Paulo: Unesp, 1981.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha & VIEIRA, Maria Inês da Silva. **Bilinguismo e Educação de Surdos.** Revista Intercâmbio, volume XIX: 62-67, 2009. São Paulo: LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275x62

PERLIN, Gladis T.T. **Alternativas Metodologicas para os alunos surdos.** Santa Maria: UFSM, 2005.

Portal da FADERS. Disponível em www.faders.rs.gov.br/. Acessado em 13/09/22
COSTA, Maria da Piedade Resende da. Juliana P. Barbosa. **A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade.** Mercado de Letras, Campinas-SP, 2010.

REILY, L. **O Papel da Igreja nos Primórdios da Educação dos Surdos.** Revista brasileira de Educação, v. 12, n. 35, 2007.

ROCHA, Solange Maria da. **O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos.** Rio de Janeiro: INES, 2008.

ROCHA, Solange. **O INES e a Educação de Surdos no Brasil.** Rio de Janeiro: INES, 2007.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática?** In: SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. Compreender e transformar o ensino. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa – 4. ed. – ArtMed, 1998, p. 119-148.

SANTOS, Susana Sanches dos. **O bilinguismo como proposta inclusiva para surdos no processo inicial de escolarização.** 2013. Monografia. Faculdade Cearense. Fortaleza, 2013

SCHULNZEN, Elisa T. M.; DI BENEDETTO, Lais dos S.; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. **História das pessoas surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual** - volume 11 - D24 - Unesp/UNIVESP - 1ª edição 2012 graduação em Pedagogia.

SENADO. **Nova lei inclui a educação bilíngue de surdos como modalidade na LDB.** Brasília, 2021. in. color. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/nova-lei-inclui-educacao-bilingue-de-surdos-como-modalidade-na-ldb#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20sancionou,como%20parte%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20especial. Acesso em: 05 de out de 2022, 16:40.>

SILVA, Luiza Alves; IACANO, Jane Peruzo. Reflexões sobre a política de formação e professores para a educação especial/educação inclusiva. In: Programa institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais- PEE (org). **Pessoas com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate.** Paraná: EDUNIOESTE, 2006.

SILVA, Tainara M.; et. al. As metodologias de ensino utilizadas pelos professores com alunos surdos na rede regular de ensino. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA11_ID2902_05092018213418.pdf. Acesso em: 11 de ago de 2022, 19:35.

SILVEIRA, Joseane Novaes de. **Inclusão de alunos surdos no ensino regular.** 2013. Monografia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Paraná, 2013.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

STEWART, D. **A Pesquisa sobre o uso de sinais na educação de crianças surdas.** In: MOURA, M. C.; LODI, A. C. B.; PEREIRA, M. C. C. (orgs.). Língua de sinais e educação do surdo. São Paulo: Tec Art, 1993.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

SOARES, Fabiana Marins Rodrigues, LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. O aluno surdo em escola regular: um estudo de caso sobre a construção de identidade . In: GOÉS, Maria Cecília Rafael de. LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (org). **Políticas**

e de práticas educação inclusiva. São Paulo: Autores Associados,2004.

SOFIATO, Cássia Geciauskas. **A educação de surdos no século XIX: currículo prescrito e modelo de educação.** Cad. Pesq., São Luís, v. 25, n. 2, p.207-224

SOFIATO, Cássia Geciauskas Sofiato. **Do desenho à litografia: a origem da língua brasileira de sinais.** 2011. 265f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes - Campinas, SP: [s.n.], 2011

STUMPF, M. R. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: línguas de sinais no papel e no computador.** 2005. 329 f. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

STOBÄUS, C. D; MOSQUERA, J. J. M. (org.) **Educação especial: em direção à educação Inclusiva.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

Titone, R. (1972). **Early bilingualism.** Bruxelles: Charles Dessar

ZANATA, C.; TREVISO, V. C. **Inclusão escolar: conquistas e desafios.** Cadernos e de educação: Ensino e Sociedade. Bebedouro – SP. V. 3,(10), p. 15-30,2016.

ZANATA, Eliane M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa.** 2005. Tese (doutorado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004

WITKOSKI, Silvia A.; DOUETTES, Breno B. **Educação bilíngue dos surdos: Implicações metodológicas e curriculares.** Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/1semestre_2015/educacao_bilingue_texto_apoio.pdf. Acesso em: 11 de ago de 2022, 14: 57.

APÊDICES

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista – Professora

1. Existe um plano de aula com estratégias diferenciadas para o aluno surdo?
- 1
2. Você sabe LIBRAS? Se não, qual o outro método utilizado para se comunicar com o aluo surdo?
3. Se soubesse LIBRAS, você acha que facilitaria sua aproximação do aluno e o processo de aprendizagem dele?
4. Além da prova escrita faz uso de algum método avaliativo direcionado para o aluno surdo?
5. Você considera o nível de aprendizagem do aluno surdo igual ao dos alunos ouvintes?
6. Na sua pespectiva, o ambiente bilingue ajudaria na inclusão desses alunos surdos?
7. Na sua opinião, metodologias bilingues podem melhorar o ensino do surdo?

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

APÊNDICE B

Roteiro de entrevista – Interprete

1. Você acha que se a professora tivesse domínio da LIBRAS facilitaria a aproximação do aluno e o processo de aprendizagem dele?
2. Você considera o nível de aprendizagem do aluno surdo igual ao dos alunos ouvintes?
3. Na sua perspectiva, o ambiente bilingue ajudaria na inclusão desses alunos surdos?
4. Sua função é somente traduzir o que o professor fala?
5. Na sua opinião, metodologias bilingues podem melhorar o ensino do surdo?

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)